

“Homens de vergonha não levam desaforo para casa”

Estrutura e história em uma etnografia sobre brigas de família
no sertão pernambucano

Leonardo Vilaça Dupin* e Sheila Maria Doula**

Introdução

Uma abordagem “histórica-cum-etnográfica” no sertão pernambucano demonstra que a localidade é uma *feuding society* (Villela, 2007, p. 110). Ali as “brigas de famílias”¹ e também o processo de mediação realizado em torno delas não são raridade, compondo uma estrutura de longa duração ou um pressuposto das relações sociais (Comerford, 2003).

A história recente dos moradores de uma pequena cidade, às margens do rio São Francisco², nessa porção do estado, prova que a localidade não foge a esse pressuposto. Há pouco mais de uma década, tal cidade, tomada aqui como *locus* empírico da pesquisa, vivenciou um desses conflitos, cujos mortos ainda são contados em números e narrativas. Centenas de pessoas, sob o nome de cinco famílias, envolveram-se na briga, caracterizada pelo uso de armamento pesado (fuzis, metralhadoras, pistolas) em crimes de vingança; briga que se multiplicou por diversos municípios através de

*Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

**Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

1. Para caracterizar “Briga de Famílias”, como será aprofundado adiante, utilizaremos o conceito de Ana Cláudia Marques (2002), que compreende indivíduos articulados provisoriamente sob bandeiras de insígnias ou nomes familiares.
2. Por se tratar de um tema espinhoso, optamos, neste trabalho, por não identificar o nome do município e das famílias envolvidas.

sequestros em estradas, assaltos a bancos e carros-fortes, e marcou a memória dos moradores da região.

Para se manterem fortes no conflito de famílias no município de xxxx, localizado no sertão de Pernambuco, alguns membros dos xxxx e xxxxx entraram num ciclo de marginalidade. Fizeram dos assaltos a carros-fortes, caminhões e veículos nas estradas e do tráfico de maconha uma profissão, como forma de obter dinheiro e armas do mais alto calibre para se defender dos inimigos. [...] O mais interessante desse confronto é que não existe luta pelo domínio da venda de droga ou das áreas de assalto. Cada um atua no seu local e não se mete com os outros. O interesse deles é conseguir armas para brigar entre si (*Jornal do Commercio*, “Roubo e tráfico fornecem armas para briga”, Recife, 3 mar. 1997).

Seu desfecho se deu com um acordo de paz³ assinado oficialmente, em novembro de 2000, no fórum de uma cidade vizinha, com a presença de representantes de cada família envolvida, deputados estaduais que integravam a Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem, que mediou o processo, além de representantes de diversas instituições locais⁴.

Desde a assinatura, os anos passaram e a conjuntura local se modificou; o local do conflito vivenciou um processo de crescimento e urbanização acelerada. A cidade, central nesse processo, foi um dos eixos nos quais se iniciou o plano de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, a chamada transposição do rio São Francisco – um empreendimento do governo federal sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, que foi a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, no segundo governo Lula, onde foram gastos cerca de R\$ 11 bilhões.

Considera-se aqui que essa iniciativa representa um megaempreendimento de caráter exógeno e uma intervenção substancial na região, que para além das transformações de ordem infraestrutural, trouxe também modificações simbólicas nas relações sociais da localidade. Nesse foco reflexivo, se fez importante pensar o sertão, nos termos de Fabian, em sua “coetaneidade”, através da experiência compartilhada e intersubjetiva proporcionada pelo trabalho de campo, que, segundo o autor, só é possível com base no compartilhamento do tempo, buscando “reconhecer a contemporaneidade como a condição para o confronto verdadeiramente dialético entre as pessoas, bem como sociedades” (Fabian, 2013, p. 171).

3. Como veremos, o acordo não significa necessariamente o fim do conflito.

4. Para uma descrição mais detalhada desse processo de mediação, ver Dupin e Doula (2013).

Afinal, a dinâmica desses grupos no sertão não é um estágio provisório, fruto de um “isolamento” ou de uma “modernidade inacabada” – resíduo em meio a instituições “atrasadas” –, sendo fadada ao desaparecimento em meio às transformações capitalistas e à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos, com o preenchimento de um espaço “vazio” deixado pela ausência de estado, como foi tratado por parte da literatura sociológica nacional que se debruçou sobre o tema, especialmente na primeira metade do século xx (Costa Pinto, 1980; Leal, 1975; Vilaça e Albuquerque, 1965)⁵.

Trata-se aqui de analisar relações de forças, compósitas, atravessadas pelas instituições locais e nacionais, que interferem continuamente uma na outra, embora pertençam a dimensões de natureza diferente e se guiem em diferentes princípios. Assim, não há como negar que intervenções como essa – cujas externalidades são evidentes – vivenciadas por essa pequena cidade, são momentos importantes para se pensar a constituição e as transformações na estrutura de pensamento no local, uma vez que as alteridades são perceptíveis de maneira privilegiada.

Como demonstra Sahlins, a estrutura de uma sociedade é produzida historicamente e, em sentido inverso, a história desta é construída por uma estrutura, que se reproduz mesmo quando se transforma. A síntese desses contrários (história e estrutura), acelerada pelo caráter excepcional do evento⁶, desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos, em um processo que pode se acelerar através de uma mudança cultural induzida.

O mesmo tipo de mudança cultural, induzida por forças externas, mas orquestrado de modo nativo, vem ocorrendo há milênios. [...] Os elementos dinâmicos em funcionamento – incluindo o confronto com um mundo externo, que tem determinações imperiosas próprias e com outros povos, que têm suas próprias intenções paroquiais – estão presentes por toda a experiência humana. A história é construída da mesma maneira geral tanto no interior de uma sociedade, quanto entre sociedades (Sahlins, 1994, p. 9).

Trata-se aqui de investigar se e como as condutas locais, especialmente no âmbito das famílias envolvidas na “questão” estudada, foram culturalmente reorientadas com base no conjunto de intervenções exógenas resultante do projeto governamental de transposição do rio. Tentaremos assim, apresentar as representações locais sem, todavia, negligenciar sua estreita ligação com o processo político-econômico mais amplo, verificando a interação entre os dois.

5. Falaremos mais do tema adiante.

6. Sahlins (1994) caracteriza “evento” como aquilo que é apropriado por e através de um esquema cultural, adquirindo uma *significância* histórica.

Desse modo, a pergunta norteadora deste trabalho foi: como as condutas locais, especialmente dentro das famílias envolvidas na “questão” estudada, no que tange ao fenômeno das brigas, foram reorientadas pela cultura diante do conjunto de intervenções ocasionadas pelas obras de transposição? Assim, importou-nos analisar as práticas e concepções desses sertanejos, contrapostas às mudanças ocorridas com as intervenções federais na localidade, ou seja, acompanhar a atuação dos sujeitos mediante as orientações econômicas, sociais e simbólicas que presidiram a questão, em negociação com novas condições históricas e sociais.

Partimos da hipótese de que a chegada de políticas públicas de centralidade externa ao município, tomadas como eventos, aceleraram a alteração de algumas das categorias simbólicas de interpretação dos sujeitos locais sobre configurações tradicionais, gerando novos sentidos e significâncias históricas. Em contrapartida, outras categorias, como as “questões” e “intrigas” familiares, relacionadas à honra e à vergonha (nos termos locais), mantiveram-se inalteradas pela estrutura simbólica local, como elementos fechados à mudança. Afinal, como afirma Sahlins (1994), em uma mesma sociedade, existem áreas da subjetividade mais abertas para a história, mas também outras relativamente fechadas à possibilidade de reinterpretação⁷.

Para compreendermos essas nuances, como afirma Godoi (1999), temos que superar a visão que supõe as sociedades sertanejas como homogêneas e vulneráveis a um processo de modernidade, passíveis de desagregação com a penetração do modo capitalista, e começar a pensar em suas diferenciações sociais. Dessa forma, este artigo consiste em uma descrição empírica de campo, buscando elementos “prescritivos e performáticos” (Sahlins, 1994), sucedida por uma análise dos dados observados no sertão pernambucano.

Para sua elaboração, foram realizadas pesquisas de campo em dois momentos diferentes. A primeira estadia no local ocorreu no primeiro semestre de 2007, por um período de três meses. O segundo momento ocorreu em setembro de 2009, quando a permanência se deu por cerca de três semanas. Vale dizer que o primeiro período precede o início das obras de transposição e no segundo elas estão em curso. Além disso, utilizamos a análise de documentos institucionais, jornais do período e sites da web, nos quais tais atores se faziam presentes. Esses documentos são tomados aqui, não como descrições passivas do que realmente aconteceu, mas como meios de impor determinadas versões de forma naturalizada, como se fossem fatos, e que devem ser analisados com base na experiência do trabalho de campo. Ao serem assim

7. O autor propõe os termos prescritivos e performáticos para culturas que são diferencialmente abertas para a história, sugerindo a existência dessas duas ordens de estrutura para classificar as sociedades, mas alertando que esses são tipos ideais e que ambas as ordens podem ser encontradas em uma mesma sociedade.

interpretados, seu uso se dá de modo a enriquecer a pesquisa qualitativa, que teve como artifício principal a experiência empírica, por meio da observação participante e das entrevistas.

Faremos a seguir, um apanhado teórico e descritivo de alguns elementos importantes do primeiro momento da pesquisa. Porém, o texto focaliza essencialmente o segundo momento. Nele, pequenas, porém importantes percepções dos dias de estadia em campo são narradas e analisadas. São detalhes sutis que se mostram como fatores importantes na compreensão dessa sociedade que passa por um processo de transformação nos aspectos físicos e simbólicos, mas que mantém certas categorias fechadas – frias, nos termos de Lévi-Strauss –, como parte de uma estrutura de longa duração.

Sobre estado, família e mediações

Antes de iniciar a descrição que apontará algumas características importantes do conflito aqui estudado, faz-se necessária uma breve exposição sobre como o tema “conflitos de famílias” tem sido historicamente discutido no país, indicando dois momentos distintos.

O primeiro, cujas análises de caráter sociológico prevaleceram, centrou-se nas macroestruturas. Nele, o tema foi objeto de reflexões por parte de autores como Costa Pinto (1980) e Leal (1975), mas compondo um mote cujo foco central lhe é afim (Marques, 2002), passando pelo argumento do “local” como “atrasado”, com uma modernidade incompleta. Fenômenos como clientelismo, mandonismo e coronelismo são tratados como estágios provisórios, em que o monopólio e o controle do poder e dos recursos está nas mãos de oligarquias locais. Nesses lugares, o Estado não se faz presente na aplicação das leis ou disputa espaço com o poder dos coronéis, sendo incapaz de evitar ou solucionar os conflitos.

Já no segundo momento, esse ponto de vista é substituído por uma perspectiva de microanálises, em que se sobressai o trabalho de antropólogos, especialmente aqueles ligados ao Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ. Eles convergem sobre a ideia de composições e oposições provisórias ao afirmar a presença do Estado (com uma centralidade externa) que utiliza a todo momento, de acordo com os interesses ali engendrados, diferentes meios de cooptação do poder local. E, em sentido inverso, as instituições locais farão o mesmo uso de máquina de origem “externa”. Trata-se de mútuo condicionamento e apropriação, em processos de negociação e composição de caráter provisório.

A vida política municipal está de fato completamente atrelada aos imperativos de uma aparelhagem administrativa que transborda os seus limites territoriais e que lhe impõe uma

ordenação específica e não espontaneamente gerada ali. Ao mesmo tempo que esta aparelhagem produz uma reformulação inevitável da ordem interna, ela se fará também objeto da apropriação local, tudo isso refletindo em seu funcionamento (Marques, 2002, p. 299).

Ainda nessa perspectiva, vale destacar o trabalho de Aaron (2014), realizado no sertão do Piauí. O autor concentrou-se basicamente na transformação da subjetividade sertaneja por políticas de distribuição de renda, executadas nos governos Lula (Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos etc.). Ele demonstra que a internalização (mesmo que parcial) de “comportamentos liberais” redefiniram os procedimentos locais tomados como “coronelistas”, que passam pela interação comunicativa entre eleitores, as personas estereotípicas (“eleitor”, “candidato”) e o visual das casas e bairros durante o “tempo da política”. Porém, ele demonstra também outro lado dessa mudança, que reforça relações de troca entre políticos e a população de mais baixa renda, resultante de uma ansiedade provocada pela possibilidade de ser tratado como um “sujeito liberal”, que se manifesta em questões referentes à saúde.

Aproximando-se também de uma abordagem antropológica que focaliza a transformação de subjetividades, mas concentrando no impacto do conjunto de obras de transposição do rio São Francisco sobre grupos específicos – aqueles que fizeram parte da “questão” aqui descrita –, optamos por analisar esses conflitos locais tratando-os em sua positividade, como dimensões relacionais da vida social. Assim, buscando não cair nas interpretações que passam por supostas ausências de ordenamentos ou de instituições capazes de impor uma ordem social, e também não pensando o sertão como um local apolítico ou atemporal (Fabian, 2013), uma vez que falamos continuamente de mútuos condicionamentos, optamos por compreender o que há de duradouro e específico nas tensões que envolviam tais famílias, indagando sobre o seu funcionamento, significados e efeitos.

As relações de tensão são assim vistas como constituintes do processo de organização social destacando-se, pela análise do trabalho de campo, um processo mutável de constituição dos grupos conflitantes, em que as adesões a tais famílias – que envolvem inúmeros tipos de relações como sangue, amizade, parentesco, compadrio, patronagem – permanecem abertas, arrastando com elas as ajudas e os ódios, as solidariedades e inimizades, agregando e desagregando pessoas e grupos em uma trajetória pouco previsível⁸. Assim, as famílias estudadas são vistas como se fazendo

8. Diante da imprevisibilidade da formação desses grupos que envolvem uma série de aspectos que extrapolam supostas esferas “coronelistas”, ligadas a uma relação de dependência, optamos por não nos focar nas políticas de distribuição de renda como fez Aaron (2014). Essas políticas, podemos dizer, afetaram diretamente muito pouco o núcleo central das famílias estudadas (que possuíam uma condição financeira favorável), ainda que possam ter tido alguma influência em processos de cooptação local sobre

e refazendo permanentemente diante de público local (formado por outras famílias), como fica perceptível no depoimento abaixo:

Na realidade essas famílias eram todas unidas, eram todos amigos, viviam juntos, conviviam pacificamente. Na realidade, se você olhar bem, era tudo uma família só, o parentesco é com todos. Para você ver, tinha XX casado com YY, YY casado com ZZ, ZZ casado com VV. E quando o conflito aperta, às vezes tem que romper com primo, com a família da esposa. Aqui era assim, tanto que eu perdi muitos amigos dos dois lados, que conviviam juntos e foram se matando (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Esse tipo de abordagem nos ofereceu a compreensão dessas instituições como agregadoras e desagregadoras de indivíduos, com fronteiras que se marcam e se apagam e nas quais a genealogia imputada aos indivíduos é um meio de preservar a memória coletiva e de construir um mapa social e moral da comunidade. Assim, as genealogias tanto davam quanto se nutriam dos princípios de união e divisão sendo o parentesco o princípio organizador básico da cartografia social. Através dessa cartografia aliaram-se e enfrentaram-se vizinhos, compadres, ou ao menos pessoas “familiarizadas” (Comerford, 2003), cujos atos são de responsabilidade compartilhada, por imposição social.

Assim, se num momento inicial eram todos parentes, no momento em que uma “intriga” se torna uma “questão”, tais grupos se dividiram em cinco famílias, proprietárias de grandes fazendas em determinados territórios da região, onde residia parcela significativa de seus parentes. Ali possuíam recursos econômicos, ocupavam espaços vizinhos e eram também numerosas – em duas delas os chamados “cabeças”⁹ tinham mais de 20 filhos, além da proximidade com primos, tios, genros, cunhados – com braços capazes, por relação de hierarquia e afinidade, de serem acionados como aliados em momento de disputa. Enfim, possuíam um número elevado de homens

aqueles que se “agregam” (familiarizam) durante o conflito. Porém, vale ressaltar, as adesões a um nome de família, remetido a um determinado território, que é o que aqui mais nos interessa, extrapolam uma relação de dependência política ou econômica com, por exemplo, um patrão tomando a *questão* de um funcionário e não o contrário, como por muitos anos se explicou tais adesões “coronelistas”.

9. A insígnia remete a alguém que comanda a articulação dos planos de defesa e retaliação dentro da família em situações de conflito. Segundo foi dito, “é o ‘cabeça’ quem pensa as estratégias familiares”. Esse pode ou não estar envolvido diretamente nos assassinatos, mas é mais comum que não esteja. Em algumas entrevistas eles foram diferenciados dos que brigam, evidenciando uma divisão não estanque dos trabalhos dentro dos grupos, durante as “questões”. Essa divisão de trabalho conduz, eminentemente, para uma coordenação de esforços dentro da família, porém é complicado deduzir daí uma hierarquização estável ou medir até que ponto tal personagem possui o comando dentro da sua instituição. Esta titulação de liderança não é instituída formalmente, sendo também objeto de tensão e disputa, geralmente velada para o olhar de fora da instituição.

capazes de prestar solidariedade em caso de necessidade, o que dava às famílias prestígio e respeitabilidade na região. Além disso, vale destacar, existia também ali certo equilíbrio de condições de confronto entre as partes, uma vez que em todas elas havia a possibilidade de dar uma resposta à altura a uma suposta provocação, condição de simetria essencial para o desenrolar de uma “questão” (Marques, 2002).

Assim, buscando a manutenção de condição moral, as famílias entraram num ciclo de vinganças que aparentemente foi interrompido no ano 2000, entrando num período de latência, com um acordo de paz que estabeleceu, entre outros pontos, limites territoriais sobre os quais os membros dessas coletividades poderiam circular na região¹⁰.

Entre discursos e apertos de mão históricos, foi acertada a realização de um encontro semestral entre os envolvidos. Nesse intervalo de tempo, eles querem pressionar o Governo do Estado a facilitar a liberação de créditos, possibilitando a recuperação econômica dos municípios prejudicados há duas décadas pela guerra. Outra unanimidade é com relação à necessidade de criação de áreas restritas de circulação e zonas de exclusão, a fim de evitar a ruptura do pacto (“Famílias vão se juntar para pressionar governo”, *Jornal do Commercio*, 18 out. 2000).

A volta ao sertão: mudanças na localidade e nas relações sociais

Passados dois anos, após um primeiro período de campo (nove após a assinatura do acordo de paz), o retorno ao sertão pernambucano foi repleto de surpresas. A cidade, que tinha a agricultura como principal fonte de renda, tornou-se naquele momento o ponto de partida do eixo norte da Transposição do Rio São Francisco, com muitos agricultores modificando sua atividade produtiva, inclusive dentro das famílias estudadas.

A cidade passava por um “boom” econômico e algumas mudanças locais eram visíveis nos aspectos físicos da paisagem e também no comportamento das pessoas. As grandes “questões” de família que marcaram a biografia da cidade naquele momento aparentemente pareciam controladas e, como disse um policial militar, “o número de homicídios chega próximo do zero”.

Desde o primeiro contato com o município, surgiram pensões e hotéis, mas nada que acompanhava a demanda de “forasteiros”, que era enorme, por causa das obras de transposição e revitalização do rio São Francisco. O “boom” local ganhava maiores

10. Tal circulação pode ser tomada pelos vários lados como provocação. Então, para ultrapassar certos limites estabelecidos no acordo, era necessário um aviso prévio à família adversária. Para uma descrição completa do acordo, ver Dupin e Doula (2013, 2014).

proporções levando-se em conta o tamanho reduzido da população, não flutuante, do município e a falta de infraestrutura para receber todos esses eventos¹¹. Nesse solicitado lugar, foram gastas várias horas tentando inutilmente encontrar hospedam na primeira noite no local.

A cidade que deixáramos para trás dois anos antes era um local pouco movimentado, onde havia uma expectativa muito grande para o início das obras de transposição, que surgia nas conversas em praças e bares. Os benefícios que a obra poderia trazer, principalmente em torno dos empregos gerados, eram assunto corrente e disputavam espaço com o futebol, as festas e as grandes “questões” locais. Nesse retorno, pode-se dizer que o município se tornou um grande canteiro de obras. A cada esquina via-se uma nova construção ou a reforma de um imóvel antigo, seja ele público ou privado. As placas de publicidade, que ora traziam o nome do Ministério da Integração Nacional, ora da Prefeitura Municipal, disputavam espaço nas esquinas. Os caminhões e tratores pesados circulavam levantando uma poeira marrom e os montes de entulho ocupavam os cantos das ruas e calçadas, compondo uma nova paisagem urbana.

Nas primeiras conversas com os moradores foi muito mencionado que o custo de vida subira, alavancado por um forte processo de especulação imobiliária. Alguns reclamavam, outros falavam com orgulho do processo de “desenvolvimento” pelo qual a cidade vinha passando. Surgiram também pequenas hospedarias nos bairros mais afastados onde, segundo relatou o padre da cidade, a prostituição infantil vinha aumentando vertiginosamente, acompanhando o ritmo de crescimento urbano.

Além disso, a cidade vinha ganhando da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) os benefícios do programa de revitalização do São Francisco. Através dele, todos os seus bairros estavam recebendo saneamento básico e tratamento de água. As contrapartidas do Ministério da Integração Nacional chegavam aos poucos, como em um grande conta-gotas, mas não eram poucas e movimentavam ainda mais a cidade.

Muitos agricultores que, durante o primeiro período de pesquisa, viviam do plantio da cebola e do arroz, tornaram-se operários das construtoras que montaram canteiros de obras no município. A maior parte reclamava do tratamento dado pelas empresas aos moradores da região: “eles chegam aqui e acham que somos um lixo, vivem subestimando o sertanejo”, foi uma das queixas mais ouvidas nesse segundo período de campo. E, por outro lado, representantes das construtoras reclamavam da insubordinação de parte da população, que, segundo eles, “não são bons empregados para construção do canal”.

11. De acordo com as estimativas do censo do IBGE, nessa época a população urbana aproximava-se dos 15 mil habitantes.

O certo é que havia um desencaixe entre essas duas classes (novos patrões e moradores empregados), o que fazia, segundo um relato, a rotatividade de funcionários ser alta. E isso não acontecia somente nas obras da transposição, mas também nos demais serviços que vinham sendo criados na localidade. Um desajuste entre as relações sociais locais e as “novas” relações capitalistas de trabalho¹².

Os homens do Exército Brasileiro, que haviam chegado há poucos meses e estavam construindo uma parte do canal que iria inaugurar a obra, também não vinham se dando bem com os costumes locais. Depois de provocarem alguns desentendimentos – principalmente passionais – que resultaram em pequenas brigas, estavam impedidos pelo comando da tropa de frequentar as festas locais e realizar atividades esportivas nos espaços públicos da cidade.

Nesses dois anos, entre idas e vindas do trabalho de pesquisa, tanta gente circulou pela cidade que, dessa vez, a presença de pesquisadores do sudeste, curiosos e realizando muitas perguntas, parece ter sido pouco comentada, como seria comum a qualquer “forasteiro” que chega a uma pequena cidade do interior. Diferente da primeira passagem pela cidade, ninguém perguntou a que família pertencíamos, quem eram nossos parentes e pouca gente quis saber o que estávamos fazendo no município¹³.

Diante da circulação de milhares de pessoas e da mudança da rotina local era muito difícil saber sobre as incursões de “estranhos”, que há pouco tempo eram sempre objeto de observação e julgamento por parte dos moradores. O mesmo não poderíamos dizer com relação ao controle do trânsito dos próprios moradores no local, que como indica a fala de alguns personagens não havia sido modificado do mesmo modo. Tudo isso é importante, como veremos adiante, para percebermos em um primeiro momento como as rivalidades se mantêm operando, com possíveis transgressões de limites territoriais pelas famílias, o que passou a ser um problema.

Ainda em campo: de volta às famílias em questão

Nesse período de trabalho em campo foram realizadas entrevistas com moradores que vivenciaram todo o processo de mudança, com políticos da situação e oposição, com o padre da cidade e, principalmente, com membros das famílias que compunham a “questão”. Das cinco famílias envolvidas, o trabalho de campo abarcou integrantes

12. Não é nosso objetivo aqui analisar essas relações de trabalho, apenas citamos tais fatos para dar um panorama das transformações do município com a chegada das obras de transposição.

13. Como afirma Comerford (2003), essa é uma forma de controle social comum no meio rural, pela qual os moradores vigiam de maneira informal a movimentação e as atividades das pessoas, como produção agrícola e pecuária de vizinhos, relacionamentos afetivos entre casais, óbitos e doenças, conflitos dentro e entre famílias.

de quatro delas¹⁴. Em uma delas, o acesso por vários dias à casa do “cabeça da família”, assassinado no conflito, foi de fundamental importância. O local era naquele período um ponto de encontro dos 23 irmãos que ainda estavam vivos, uma vez que três foram assassinados na briga.

Muitos já não apresentavam exatamente o mesmo estilo de vida que tinham antes do início da “questão”, mas mantinham o antigo casarão em que os pais viviam. Ali era o ponto de encontro daqueles que estavam espalhados, vivendo e trabalhando em outras localidades, com aqueles que ainda residiam nas proximidades ou mesmo no casarão, reativando a memória coletiva (Godoi, 1999).

O local era espaçoso, com muitos quartos e várias salas. No centro de uma delas estava uma comprida mesa de madeira com 12 cadeiras e sobre ela estavam porta-retratos que traziam a lembrança dos membros assassinados¹⁵. Ao longo das conversas que mantivemos ali, os vários irmãos falaram da recusa em dividir ou vender este e outros patrimônios deixados pelos pais e que se mantiveram mesmo com os gastos da “questão”.

Naquele e em outros espaços, a figura dos pais (ambos falecidos, um deles assassinado no conflito aqui abordado) era a todo momento evocada como motivo de orgulho. Seja em textos, documentos guardados, histórias reproduzidas aos visitantes ou mesmo com a construção de comunidades da família em sites de relacionamento na web, que se incorporavam naquele momento ao cotidiano dos membros, principalmente os mais novos da família, reconstruía-se constantemente a maneira como essas figuras, que se tornaram mitificadas, procederam ao longo de suas vidas, inclusive ou principalmente durante a “questão” estudada.

Foi nesse espaço, através de relações de vínculo, participando de celebrações e até mesmo de momentos de conflito interno, que este segundo momento da pesquisa se desenvolveu. Com o cuidado de não parecer demasiadamente importunos, os detalhes importantes que compõem este trabalho foram sendo recolhidos. Assim, os dados coletados deixavam claro que ainda existe a “intriga” (um forte rancor pelas famílias adversárias) e que, conseqüentemente, a “questão” não está definitivamente morta, apesar da assinatura do acordo e de ninguém ali expressar publicamente o desejo de retomá-la.

14. Apenas não mantivemos contato com uma delas que se encontrava vivendo em outra cidade. Na época, da “questão”, elas se dividiram em dois grandes grupos que se enfrentavam.

15. Em trabalho realizado entre famílias sertanejas, Bressan (2015) aborda como tais fotografias mantêm vivo o vínculo entre passado e presente, auxiliando na manutenção, criação e recriação da memória familiar. Segundo a autora, tais objetos fortalecem as lembranças e facilitam a transmissão de grandes feitos, o que possibilita reiterar o orgulho e manter a continuidade da unidade e coesão familiar, mesmo com a fluidez da composição dos grupos.

Durante a assinatura do acordo de paz, uma reforma agrária nas fazendas pertencentes às famílias foi proposta à CPI mediadora do acordo de paz, como forma de afastar territorialmente as famílias, mas não saiu do campo retórico. Com isso, a divisão territorial estabelecida no acordo nem sempre era respeitada. Como disse um participante da contenda, “isso às vezes é um problema”. Ou nas palavras de um outro morador da cidade sobre essa convivência: “Hoje graças a Deus eles não se digladiam mais. Não se gostam, mas também não brigam”.

Com todas as transformações pelas quais vinha passando a região, as “questões e intrigas” ainda compunham uma estrutura bem arraigada, difícil de mover-se nesse curto prazo tempo. Porém, novos elementos estavam sendo incorporados a essa estrutura, sem que ela se alterasse profundamente, como se verá a seguir. Contudo, para se manter uma grande “questão” é necessário ter recursos financeiros e humanos. E essa não era exatamente a situação em que se encontravam as famílias com as quais tivemos contato. Pelo menos três delas, que já estiveram entre os grandes produtores agrícolas da região, encontravam-se endividadas¹⁶. E a situação das duas restantes não parecia diferir muito.

Os braços armados de todos os lados também pareciam estar enfraquecidos. Muitos participantes da contenda ainda estavam presos, outros foram assassinados no ciclo de vingança ou pela polícia ou ainda, posteriormente ao acordo, durante assaltos a bancos e a veículos em estradas da região¹⁷. Dessa forma, reavivar uma “questão” como aquela sem as mesmas condições de épocas passadas poderia representar naquele momento uma opção menos viável para essas famílias do que “aguentar” as violações territoriais, as “pequenas provocações” em bares ou as “intrigas” nos novos espaços de interação que vinham sendo criados.

A internet é um exemplo desses novos espaços. A transcrição a seguir foi retirada de um conhecido blog da região. A postagem data de setembro de 2009, quase nove anos após a assinatura do acordo de paz, e os comentários seguem até os dias atuais. É um exemplo contundente da incorporação desses novos elementos à estrutura simbólica local na reprodução de uma “intriga” e em novos desdobramentos da “questão”.

Líder de uma quadrilha acusada de já ter roubado mais de um R\$ 1 milhão em agências bancárias do interior do Estado. [...] A polícia suspeita que ele tenha ligação com a “Família

16. Porém, um membro de uma dessas famílias é dono de uma fazenda cortada pelo canal do eixo norte da transposição. Ele, segundo nos disseram, receberia a maior indenização referente ao projeto do Ministério da Integração Nacional, fator importante para uma retomada econômica da família.

17. Esse fato foi descrito por alguns personagens locais como um dos motivos para o acordo dar certo. Segundo eles, esses membros que fugiram da cadeia e poderiam quebrar o pacto foram mortos por policiais durante um assalto na Bahia.

xxxxx”, perigosa quadrilha de Pernambuco envolvida com tráfico de drogas e assaltos a bancos em todo o país¹⁸.

O assunto da briga foi lembrado através dessa notícia e, como consequência, em seguida surgiu uma série de comentários, que explicitam a rivalidade, demonstram a formação e a maleabilidade dos grupos, assim como o valor da família no contexto local. Tais comentários foram postados por pessoas que se autoafirmam parte das famílias em confronto. Mesmo que as identidades de tais personagens não sejam reais, uma vez que não há como ter certeza de que são aqueles que dizem ser, eles têm uma existência concreta na reprodução de um modo de representar e vivenciar uma “questão” e de manter a “intriga” operando.

Assim, tais personagens demonstram vínculos de identificação e solidariedade com o conflito, fazendo parte de uma nova geração que emerge incorporando, por exemplo, novas tecnologias aos moldes do antigo *ethos* local. Nesse novo espaço, eles enaltecem processos como a formação histórica de personagens (individuais e coletivos) com “fama”: “é uma das maiores famílias do sertão pernambucano, que tem em sua história muitas glórias, e também algumas rixas com algumas famílias da região” diz um comentário. Há também a evocação de práticas que se mantêm: “faz parte da cultura pernambucana, homens de vergonha não levam desaforo para casa”. Apontam assim, voluntária ou involuntariamente, para uma estrutura que incorpora novos instrumentos tecnológicos de socialização, veiculação e visibilidade, mas que nos termos locais não se altera quanto à tradição cultural dos valores morais e dos simbolismos ligados à honra e à justiça.

História e estrutura no sertão do São Francisco

A análise das observações locais aponta que as “intrigas e questões” são elementos constitutivos no sertão pernambucano, um dos modos pelo qual essa sociedade se organiza simbólica, espacial e até temporalmente (Dupin e Doula, 2014). Nessa *feuding society* (Villela, 2007) se mantém uma estrutura moral de manutenção da reputação e vingança, que consiste na ação de um indivíduo ou uma coletividade, de dimensões e identificação flutuantes, diante da ameaça da “desmoralização”.

Como demonstram as práticas locais, iniciada uma “questão”, restam a essas pessoas ou grupos duas alternativas: perder o respeito ou reagir violentamente aos insultos recebidos, construindo individual e coletivamente sua “fama”, mas como

18. Disponível em <http://www.carlosbritto.com/preso-do-complexo-penal-de-juazeiro-pode-ter-comandado-assalto-de-umburanas/>, consultado em maio 2010.

contrapartida, tornar-se criminoso aos olhos da legislação brasileira e passar a ser perseguido pelos inimigos, pela polícia e também pelo ministério público, geralmente caindo na clandestinidade (Villela, 2007, p.110).

As evidências indicam que, no município estudado, isso parece não ter sido alterado com os processos de intervenção externa que vinham ocorrendo ali nas últimas décadas (grandes operações policiais, CPI, transposição, entre inúmeros outros). A observação desses acontecimentos, em um espaço temporal caracterizado por grandes transformações capitalistas, demonstra que sua organização simbólica se aproxima muito do que Sahlins (1994) descreveu como sociedades de “estruturas prescritivas”, que tendem a processar uma “interpretação recuperativa” das novas circunstâncias, projetando nelas a ordem existente, mesmo quando acontece algo sem precedentes, como aconteceu ali com o processo de intensa intervenção federal e estadual.

Em *O povo em Armas*, Villela (2004) estuda essa mesma categoria de conflitos também no sertão de Pernambuco, em dois períodos temporais, na primeira metade do século XX e no presente etnográfico (na segunda metade da década de 1990). Nesse estudo, o autor analisa um sistema de vinganças que se mantém ao longo desse período. Sua análise de documentos, que datam de cerca um século, mostra-nos como certas representações e atos no campo da moral se assemelham aos atuais, mesmo com o contexto econômico se alterando profundamente.

No entanto, ao longo do último século, assistimos também a essa estrutura se alargar para novos elementos que são incorporados em contrapartida a outros que são abandonados de acordo com as características temporais de tal sociedade. Como afirma o próprio autor, se no fim do século XVIII até a década de 1940, tais homens e suas instituições recebiam o nome de cangaço, há décadas o termo caiu em desuso. Os nomes utilizados hoje para fenômenos caracteristicamente semelhantes são outros: “pistoleiro, traficante, maconheiro, mafioso, bandido” (Villela, 2007, p. 127).

É o que Sahlins (1994) chama de reavaliação funcional de categorias. O antigo sistema é projetado sob novas formas – aqui de forma recuperativa –, porém estas dependem das possibilidades dadas de significação, porque, de outro modo, seriam ininteligíveis e incomunicáveis (Sahlins 1994, p. 11). Comendo tal contexto, assiste-se na localidade a uma atualização de caráter prescritivo de “antigas” orientações simbólicas que presidiram a “questão” estudada, em que o que parece ser incorporado são novos elementos transversais capazes de alimentar as rivalidades, mas não de destruí-las, e manter os grupos fortalecidos dentro delas.

Entre as atualizações recuperativas podemos destacar: as novas relações de dupla captura com o poder público exógeno – o acordo de paz foi um exemplo contundente, no qual em múltiplas negociações as famílias disputavam aparatos do Estado como

forma de obter vantagens e agentes estatais assumiram, por exemplo, um papel de mediação entre as partes, como aconteceu com a CPI do Narcotráfico e da Pistolagem, construindo assim prestígio; a abertura de novos canais de comunicação, utilizados para a construção da reputação (como nas relações estabelecidas com a imprensa regional durante o conflito ou nas redes sociais ocupadas pelas novas gerações desses grupos); a vinculação dos grupos com instituições estatais “modernas” como a polícia militar, a política e a justiça; e também as novas fontes logísticas e de financiamento para as “questões”, sejam elas legais ou não (assaltos a bancos, em estradas, tráfico de drogas e armas), como noticiado pela imprensa:

Durante troca de tiros com a Polícia Federal, hoje, no interior baiano, um possível integrante de uma quadrilha foi morto. O bando assaltou ontem a agência do Banco do Brasil na cidade de Pilão Arcado (BA). [...] Segundo informações da PF, os assaltantes fariam parte da família xxx, uma suposta quadrilha que atua na região do Vale do São Francisco, principalmente nos Estados da Bahia e Pernambuco, e é acusada de assalto, tráfico de armas e de comandar o tráfico de maconha na região (“Suspeito de integrar quadrilha que assaltou banco é morto na BA”, *Jornal do Commercio*, 26 set. 2003).

Esta atualização de antigas orientações manifestou-se também em aspectos sutis relacionados à reprodução do modo de vida dessas famílias. A exemplo de Emília Godoi que estudou atualizações simbólicas relativas a posse de terras no sertão do Piauí – chegando também a elementos conclusivos de uma sociedade prescritiva –, formas de interpretação recuperativa surgem aqui em aspectos cooperativos (Godoi, 1999, p. 97). Eles aparecem, por exemplo, na recusa de divisão e venda da casa dos pais, que desempenha ali a função de edificar a identidade familiar, tendo papel central na transmissão das memórias de uma geração à outra. Os objetos mantidos (como as fotografias) permitem que as pessoas nos contem quem são e, principalmente, ao que pertencem (Bressan, 2015). Tal resistência é uma forma de lidar com a memória que nessa cultura parece se constituir como uma dessas áreas simbólicas parcialmente fechadas à transformação imediata. Nesse sentido, como afirma Godoi (1999), apesar de nunca ser acabada, a memória, nessa sociedade, consiste em um patrimônio essencial para a construção da identidade do grupo, criação de solidariedade e delineamento de fronteiras sociais – em oposição aos outros grupos –, que se mantém como uma estrutura de longa duração.

Em tal contexto, a força do discurso exógeno não pode ser descartada, pois assume um papel importante na transformação do pensar e também em novas formas de dominação. Contudo, como já foi evidenciado, há de se levar em conta uma estrutura que se mostra, pelo menos parcialmente, prescritiva, através da qual os agentes

nativos ainda privilegiam certas formas de vivenciar os conflitos, que são socialmente encorajadas ou, em sentido contrário, combatidas. Como afirma Marques (2002, p. 424), procura-se selecionar condutas apropriadas à fama que se deseja reforçar. Nesse universo, em que impera uma ética baseada nos valores pessoais (como acontece dentro dessas famílias), o individualismo das sociedades modernas é valorado negativamente, tomado como princípio de alguém que não foi capaz de dividir-se com o grupo do qual faz parte, de ligar-se plenamente à instituição familiar.

Tal recusa a assumir valores “externos” demonstra aqui como a estruturação de interações dentro de uma sociedade ampla permite a persistência ou mesmo o reforço das diferenças culturais que definem as identidades sociais, sempre relacionais e contrastivas. Afinal, segundo Barth (2000) as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação e reconhecimento social; pelo contrário, geralmente estas são o próprio fundamento sobre o qual estão construídos os sistemas sociais que tais distinções contêm.

Em síntese, os exemplos analisados mostram como antigas condutas cedem apenas até certo ponto espaço àquelas expressamente reguladas através das leis e costumes da sociedade abrangente. A “estrutura de conjuntura” local sedimentou novos valores funcionais às antigas categorias, obrigando os atores locais a se adaptarem a novas realidades, adotando novos modos de pensar e vivenciar os conflitos. Porém, certas regras e os valores morais que geram as “intrigas” e, principalmente, impulsionam uma “questão”, por mais que possam ter sido em alguns aspectos afetados ou mesmo parcialmente amortizados pela atuação da intervenção externa, que se objetiva principalmente na modernização econômica ou mesmo pela repressão pública, parecem não ter sido desarticulados.

Considerações finais

Para concluir este artigo, vale reconhecer que nem todas as sociedades são abertas à história da mesma maneira, aceitando passivamente a chegada de intervenções exógenas ou, em sentido contrário, fechando-se a elas na cristalização de percepções estritamente locais. Nessa sociedade parcialmente prescritiva no que se refere a elementos de ordem moral (honra e vergonha) e suas implicações no campo do parentesco e da violência, o que ocorre é a projeção de uma ordem existente e a interpretação recuperativa. O sistema simbólico sertanejo, no que diz respeito às ordens citadas, não parece ser altamente empírico (quente). Dessa forma, não submete continuamente essas categorias locais a riscos materiais, a inevitáveis desproporções entre signos e coisas (Sahlins, 1994, p.13). Assim, em uma de nossas conclusões corrobora-se que:

É muito comum entre os estudiosos das sociedades camponesas considerar que os elementos da ordem externa se lhes impõem, posto que sempre lhes é imputado um caráter dominado. Há de se considerar, entretanto, que as sociedades camponesas, como *part-culture* (Kroeber, 1948), não recebem passivamente elementos de uma ordem externa, mas que seu caráter específico também determina o modo de sua inserção na sociedade abrangente (Godoi, 1999, p. 65).

Ao longo dos últimos séculos, essa sociedade parece permitir aos sujeitos históricos um limitado canal de atualização criativa dos valores correntes referentes a questões morais e sua resolução. Talvez por isso se diga – localmente e também em trabalhos acadêmicos (Villela, 2007 e Marques, 2002) – que “intrigas e questões” não têm fim.

Na dialética entre reprodução e transformação, assistimos, pois, à persistência de uma estrutura, calcada em valores morais, que presidiram a “questão” estudada, atualizados em novas formas de vivenciá-la. Dessa forma, a força aglutinadora das relações locais mantém o ciclo de vinganças como um componente da cultura local.

Contudo, novos elementos são incorporados a essa estrutura, alargando e conferindo complexidade às “questões” que, em uma perspectiva antropológica, não são cabalmente compreensíveis sem que apreendamos que a ampla configuração desse campo está completamente atrelada a outras esferas da vida social. Pois, como descrevemos anteriormente, há de se levar em consideração que as “questões” também sempre passam pela esfera das disputas de interpretação e narrativas. O que mantém a coesão de uma “questão”, evitando que episódios de vingança sejam tomados como fatos independentes, são as relações entre seus intervenientes, que podem ser de inúmeros tipos (como mostramos anteriormente) e as interpretações sobre elas. A delimitação das fronteiras das “questões” é sempre maleável, enquanto alguns a unificam, outros segregam. A dificuldade de datar o início e fim de uma “questão” se interpõe com a dificuldade de se delimitar as esferas a que esses conflitos se associam (se é uma briga econômica, religiosa, de honra, política etc.), uma vez que esses campos de relações são permeáveis uns pelos outros.

Assim, por exemplo, no sertão pernambucano política e parentesco não são domínios que se sobreponham perfeitamente ou possam ser vistos como domínios autônomos, uma vez que costumam alimentar-se mutuamente. Na “questão” aqui estudada, no retorno ao campo, havia nas interpretações locais uma separação bem nítida entre as famílias que “faziam política” na cidade e aquelas que “brigaram” – o que colocava tais disputas em campos distintos. Porém, nada impediu que anos antes – durante o período ativo da “questão”, tomados os acontecimentos e interpretações em torno deles – que uma as famílias “que fazem política” fosse percebida como compondo (familiarizando-se) com um lado da disputa e sendo alvo das retaliações do grupo

rival. Afinal, há de se levar em conta, mais uma vez, a dinamicidade dos processos de composição dos grupos e as interpretações em torno deles.

Dessa forma, se não há dúvidas que a “briga de família” trabalhada neste artigo envolva valores morais, ela está também relacionada com outras esferas, devendo ser pensada com base em novas perspectivas, porque essas categorias não são estanques, nem absolutamente discerníveis umas das outras. Como afirma Marques (2002), essa delimitação impede vislumbrar o modo como essas “questões” se redefinem em suas articulações com a justiça, com o poder político exógeno e com uma pluralidade de princípios de ordenação social, uma vez que essas articulações são, paradoxalmente, a condição de reatualização, renovação e persistência desses fenômenos.

Nesse contexto, como demonstra o exemplo estudado, a simples intervenção da polícia ou da justiça através de acordos ou punindo os envolvidos não acaba com a emergência de tais conflitos (muitas vezes, em sentido contrário, acirra as “intrigas e questões” já existentes), que constituem uma estrutura de longa duração e compõem o processo de organização (simbólica, temporal e espacial) dessa sociedade.

Como já dito, a cultura local oferece aos seus membros um limitado canal de atualização criativa das relações de tensão, especialmente os referentes à ordem moral. Assim, se esta sociedade de fato quiser suprimir tais casos, uma vez que a pacificação é geralmente vista com boa vontade¹⁹, precisa criar novos canais de atualização e resolução para esses conflitos. Um deles talvez esteja na valorização positiva de uma outra forma local de coragem.

Como afirma Villela (2007), nesses casos existem duas coragens: aquela que leva a retrucar os insultos sofridos, a cobrar os danos e a pôr as vidas em risco, a chamada coragem de matar e de morrer, mas também existe outra, a que permite que a pessoa odiada viva e – sob o olhar da “comunidade vigilante” –, passe sorrindo diariamente em frente à porta onde moram a viúva, os irmãos e os filhos de sua vítima. Como disse um ex-juiz do município: “no meio de tanta gente violenta é preciso ter coragem de não ser violento”. Um adágio que demonstra bem a força de uma estrutura em que, uma vez iniciado o ciclo de vinganças, é mais fácil dar continuidade a ele do que rompê-lo.

Assim, apesar de não haver uma divisão estanque entre os vários domínios locais, sugerimos que é pertinente pensar que intervenções vindas de fora não modificam com o mesmo vigor e velocidade todos esses campos de relações. Ou seja, no plano moral familiar as intervenções exógenas não alteram o significado da coragem. Pois,

19. No período do trabalho de campo os habitantes locais, incluindo as próprias famílias estudadas, afirmaram que ninguém – com a rara exceção daqueles que vivem profissionalmente disso, como os chamados pistoleiros – deseja entrar ou permanecer nas “intrigas” e “questões”.

uma nova coragem (no sentido de obter a paz) implicaria na aceitação da morte dos parentes sem reparação e vingança, sendo necessário abolir o significado da vergonha e da fama. E isso as intervenções exógenas, até onde acompanhamos, não fizeram.

Referências Bibliográficas

- AARON, Ansell. (2014), *Zero Hunger: political culture and antipoverty policy in Northeast Brazil*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- AARON, Ansell. (2015), “A transformação ambivalente da subjetividade política no sertão brasileiro”. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 7 (2): 39-56.
- BARTH, Fredrik. (2000), “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- BRESSAN, L. M. (2015), “A rua, o mato e a foto: antropologia e imagem no sertão pernambucano”. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 7 (2): 11-38.
- COMERFORD, John Cunha. (2003), *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ.
- COSTA PINTO, Luis de Aguiar. (1980), *Lutas de família no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo, Editora Nacional.
- DUPIN, Leonardo Vilaça & DOULA, Sheila Maria. (2013), “Duas formas de fazer justiça: a atuação em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) como mediadora de um acordo de paz no sertão pernambucano”. *Soc. Estado*, 28 (3): 691-712.
- DUPIN, Leonardo Vilaça & DOULA, Sheila Maria. (2014), “Famílias em questão: aspectos descritivos no sertão pernambucano”. *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, 12 (25): 131-155.
- FABIAN, Johannes. (2013), *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro, Vozes.
- GODOI, Emília. (1999), *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, Editora da Unicamp.
- LEAL, Vitor Nunes. (1975), *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega.
- MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. (2002), *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ.
- MARQUES, Ana Cláudia (org.). (2007), *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza/Campinas, Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex/Pontes Editores.
- MARQUES, Ana Cláudia; COMERFORD, John Cunha & CHAVES, Christine de Alencar. (2007), “Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito”.

- In: MARQUES, Ana Cláudia (org.). *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza/Campinas, Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex/Pontes Editores.
- SAHLINS, Marshall. (1994), *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SAHLINS, Marshall. (2000), "Introdução e conclusão de Historical Metaphors and Mythical Realities". *Cadernos de Campo*, 9 (9): 135-144.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2000), "Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica". *Cadernos de Campo*, 9 (9): 125-133.
- VILAÇA, Marcos Vinicius & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. (1965), *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- VILLELA, Jorge Mattar. (2004), *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ.
- VILLELA, Jorge Mattar. (2007), "Violência e mediação de vingança no sertão de pernambuco, Nordeste do Brasil". In: MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza/Campinas, Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex/Pontes Editores.

Documentos

Relatório Final da CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem. Pernambuco, 2001.

Resumo

“Homens de vergonha não levam desaforo para casa”: estrutura e história em uma etnografia sobre brigas de família no sertão pernambucano

Em um pequeno município pernambucano, os sujeitos de disputas históricas locais têm despertado a atenção pela transformação dos modos característicos de socialização diante de novas configurações que chegam ao local. Conflitos que marcaram profundamente tantas biografias e a própria história da cidade, agora parecem ficar subentendidos em meio a mudanças nas configurações sociais alavancadas por políticas públicas de origem externa. Considerando a importância dos valores e práticas locais diante de influências externas e macrossociais, tais atores sociais têm desafiado leituras analíticas sobre seus modos de dialogar com tradições e modernizações. Sob essa perspectiva, esta pesquisa propõe analisar, de um lado, as relações sociais “nativas” e, de outro, a forma como essa estrutura simbólica local reage às intervenções exógenas.

Palavras-chave: Família; Estado; Violência.

Abstract

“Men of character do not take things lying down”: structure and history in an ethnography about family conflicts in the semiarid region of Pernambuco

In a small city from the state of Pernambuco, local people involved in historical disputes have attracted attention due changes in their characteristic way of socialization before new settings. Conflicts that have profoundly marked the history and biographies of the city, now seem to be implied amid changes by public policy of external origin. Considering the importance of values and practices in face of external and macro-social influences, social actors have challenged analytical readings about their specific modes of dialogue with traditions and modernizations. From this perspective, this research proposes to analyse the complexity of local dynamics, taking into account on in one hand, the familiar modes of action and, on the other, the way how this symbolic local structure responds to external interventions.

Keywords: Family; State; Violence.

Texto recebido em 25/7/2016 e aprovado em 6/12/2017.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.118089.

LEONARDO VILAÇA DUPIN é doutorando em ciências sociais na Unicamp e bolsista Capes.

Email: leodupin@hotmail.com.

SHEILA MARIA DOULA, doutora em antropologia social pela USP e pesquisadora bolsista do CNPq, é professora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Email: sheila@ufv.br.

